



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 041/EMAER, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1998.

Aprova Plano para o Exercício da Atividade de Controle de Tráfego Aéreo no Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, de acordo com inciso II e IV do artigo 87 da Constituição, e tendo em vista a atribuição que lhe foi concedida pelo parágrafo único do artigo 21 da Lei nº 8.327, de 30 de setembro de 1991 - LRM, bem como o constante do Processo MAER nº 00-01/1739/98, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano para o Exercício da Atividade de Controle de Tráfego Aéreo no Ministério da Aeronáutica, que com esta baixa.

Art. 2º - A Gratificação de Compensação Orgânica de que trata o inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991 - LRM será concedida na forma estabelecida no referido Plano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se a Portaria nº 851/GM6, de 18 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 19 de dezembro de 1991.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

O PLANO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO NO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

I - FINALIDADE

A - Estabelecer os requisitos a serem atendidos pelos militares da Aeronáutica, que exercem a atividade de Controle de Tráfego Aéreo, para fins de percepção da Gratificação de Compensação Orgânica disposta no inciso VI do artigo 18, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991 - LRM.

II - CONCEITUAÇÃO

A - Para os fins do presente Plano são adotadas as seguintes conceituações:

1 - Atividade de Controle de Tráfego Aéreo - atividade desenvolvida em órgão de Controle de Tráfego Aéreo (TWR, APP e ACC), de Controle de Operações Aéreas Militares (COPM e Esquadrões de Controle de Grupos de Comunicações e Controle) e de Busca e Salvamento (RCC e MCC), por militar habilitado, com a finalidade de ordenar o fluxo de aeronaves em movimento, de forma a torná-lo seguro e eficiente.

2 - Estágio de Manutenção Operacional ATC - estágio anual, preconizado pelas normas da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo - DEPV, realizado nos órgãos de Controle de Tráfego Aéreo (TWR, APP e ACC), destinado ao militar designado para o desempenho de função superior a seis meses, com vistas à sua manutenção operacional e ao adequado desempenho de suas atribuições nos demais órgãos da DEPV, responsáveis pela execução de tarefas diretamente relacionadas com a Atividade de Controle de Tráfego Aéreo.

3 - Militar Habilitado em Controle de Tráfego Aéreo - militar detentor de um Certificado de Habilitação Técnica, válido, expedido por órgão credenciado pela Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo, em conformidade com o que preceitua as normas vigentes.

4 - Período de Exercício da Atividade - espaço de tempo compreendido entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, ao longo do qual se tenha realizado um total de, pelo menos, sete meses, consecutivos ou não, de exercício da Atividade de Controle de Tráfego Aéreo, na conformidade dos requisitos dispostos no item III das presentes Instruções.

5 - Quota de Gratificação de Compensação Orgânica - parcela da Gratificação de Compensação Orgânica, correspondente a dez por cento (10%) da mesma, que poderá ser paga de forma definitiva, nas quantidades dispostas no item V destas Instruções, mesmo que a atividade não esteja mais sendo exercida, desde que cumpridas as disposições constantes no referido item.

III - REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA PELA ATIVIDADE DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

A - Terá direito ao recebimento da Gratificação de Compensação Orgânica o militar pertencente ao efetivo de Órgão de Controle de Tráfego Aéreo, de Controle de Operações Aéreas Militares ou de Busca e Salvamento, que exerça a Atividade de Controle de Tráfego Aéreo, em cumprimento às escalas de serviço do órgão, durante cada período de exercício da atividade, na conformidade do., disposto nas normas estabelecidas pela DEPV sobre o Horário de Trabalho para os Controladores de Tráfego Aéreo.

B - Não perderá o direito à percepção da gratificação o militar que tiver interrompido o exercício da atividade por encontrar-se hospitalizado, em licença para tratamento de saúde própria ou para realizar curso ou estágio relacionado com a Atividade de Controle de Tráfego Aéreo, como instrutor, monitor ou aluno.

C - Não perderá o direito à percepção da gratificação o militar designado para desempenhar função relacionada com a Atividade de Controle de Tráfego Aéreo, por prazo superior a seis meses nos órgãos do SISCEAB, desde que, durante o período de exercício da

atividade, realize o Estágio de Manutenção Operacional ATC preconizado pelas normas vigentes da DEPV.

D - A Gratificação de Compensação Orgânica será devida no exercício financeiro subsequente ao ano em que foi cumprido cada período de exercício da atividade.

IV - CONTROLE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

A - O controle do exercício da atividade será feito mediante publicação anual, em boletim, da relação de militares que tenham cumprido os requisitos dispostos nos itens III."a", III."b" e III "c".

V - PAGAMENTO DEFINITIVO DA GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

(Incorporação da Gratificação)

A - É assegurado ao militar que tenha feito jus à Gratificação de Compensação Orgânica, em decorrência do exercício da Atividade de Controle de Tráfego Aéreo, o pagamento definitivo dessa gratificação, por quotas correspondentes aos períodos de efetivo exercício da atividade, observadas as seguintes regras:

1 - o direito à percepção de cada quota é adquirido ao final de cada período de exercício da atividade;

2 - o valor de cada quota é igual a 1/10 (um décimo) da gratificação integral correspondente ao posto ou graduação do militar ao concluir o último período de exercício da atividade;

3 - o direito de quotas abonadas ao militar não excederá de dez;

4 - em função de futuras promoções, o militar terá assegurada a evolução dos cálculos para pagamento definitivo da Gratificação de Compensação Orgânica, desde que, após cada promoção, complete, pelo menos, um período de exercício da atividade.

VI - DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

A - os militares que, no ano de 1998, se enquadrarem no disposto nos subitens III."a", III "b" e III."c" farão jus à Gratificação de Compensação Orgânica, a partir da aprovação do presente Plano, devendo ser considerado que os mesmos cumpriram também, nesse mesmo ano, um período de exercício da atividade para efeito de percepção da gratificação no ano de 1999.

VII - DISPOSIÇÃO FINAL

A - Os casos não previstos no presente Plano serão submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, por intermédio do Comando Geral de Apoio, mediante proposição da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo.

Ten.-Brig.-do-Ar - WALTER WERNER BRÄUER
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica